



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



PARECER JURÍDICO Nº 213/2019

Objeto: Aditivo ao Contrato Administrativo n. 20190002, celebrado entre CMP e Imprensa Oficial do Estado – IOEPA, para a publicação dos atos administrativos e oficiais do Poder Legislativo.

I – Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo com vistas à prorrogação por 12 meses (a contar de 01/01/2020), com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, do contrato administrativo n. 20190002, celebrado entre a CMP e a Imprensa Oficial do Estado – IOEPA, cujo objeto é a contratação dos serviços de publicações dos atos administrativos e oficiais do Poder Legislativo na Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará (inexigibilidade n. 6/2019-00002CMP).

O pleito segue nos autos do processo de contratação original, contendo os seguintes documentos atinentes especificamente ao aditivo em questão: memorando n. 347/2019-DA, que solicita à Comissão de Licitação a prorrogação do contrato e apresenta justificativas (fls. 182-185); autorização para o aditamento feita pelo Presidente (fls. 186-187); comunicado da IOEPA acerca do valor do cm x coluna e portaria que publicou referidos valores (fls. 188-189); memorando n. 284/2019-DA, que solicita manifestação da fiscal do contrato sobre os serviços (fl. 190); memorando n. 096/2019-DLC, que contém a manifestação da fiscal do contrato sobre a satisfatoriedade dos serviços prestados (fl. 191); ofício 1424/2019-Presidência, no qual solicita à IOEPA manifestação quanto ao interesse na prorrogação contratual (fls. 192-193); resposta da IOEPA anuindo com a prorrogação e apresentado documentação para tanto (fls. 194-204); memorando n. 336/2019-DA, que solicita à Contabilidade indicação da dotação orçamentária (fl. 205); dotação orçamentária (fl. 206); portaria n. 433/2019 de nomeação da Comissão de Licitação (fl. 207); manifestação e encaminhamento do Departamento de Licitações e Contratos (fls. 208-211); minuta do 1º termo aditivo (fls. 212-213); despacho à Procuradoria (fl. 214).

Esta Especializada foi instada a se manifestar através do Expediente Interno n. 232/2019-PG/CMP, de 26/11/2019.

É o breve relatório. Vejamos.

II – Objeto de análise:

De início, cumpre registrar que o exame realizado neste parecer se restringe exclusivamente aos aspectos jurídicos/legais atinentes ao pleito de prorrogação por 12 meses, com fundamento no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, do contrato administrativo n. 20190002, celebrado entre a CMP e a Imprensa Oficial do Estado – IOEPA, cujo objeto é a contratação dos serviços de publicações dos atos administrativos e oficiais do Poder Legislativo na Imprensa Oficial do Estado do Pará – IOEPA, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Parauapebas (inexigibilidade n. 6/2019-00002CMP); estando excluídas todas as etapas anteriores do procedimento, as quais foram submetidas às análises pertinentes nas ocasiões respectivas.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



III – Análise:

III.1 - Da possibilidade da prorrogação: serviço contínuo:

A duração ou prazo de vigência do contrato administrativo consiste no período em que este produz direitos e obrigações para as partes contratantes. Todo contrato deve, obrigatoriamente, possuir cláusula que indique o prazo de sua vigência, conforme prevê o inciso IV, do art. 55, da Lei 8.666/93. Outrossim, de acordo com o § 3º, do art. 57, é vedado contrato com prazo de validade indeterminado.

As especificidades atinentes à duração dos contratos administrativos são esmiuçadas no artigo 57 do Estatuto de Licitações:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

III – (Vetado).

IV - ao aluguel de equipamentos e à utilização de programas de informática, podendo a duração estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses após o início da vigência do contrato.

V - às hipóteses previstas nos incisos IX, XIX, XXVIII e XXXI do art. 24, cujos contratos poderão ter vigência por até 120 (cento e vinte) meses, caso haja interesse da administração.

Neste dispositivo, a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu a regra geral de duração dos contratos quando a atrelou à vigência dos respectivos créditos orçamentários, cuidando de prever determinadas hipóteses de exceção à regra inscrita no *caput*, taxativamente dispostas nos incisos I a V.

Assim, para que seja possível o alargamento do prazo de vigência contratual, deve ser analisado o contrato cuja prorrogação se busca face às determinações insculpidas na Lei de Licitações, de modo a verificar a identidade entre o contrato e pelo menos uma das hipóteses de exceção previstas nos incisos do art. 57, as quais se referem, em suma, a contratos que, pela natureza do seu objeto, necessitam ter sua duração prolongada para além de um exercício.

O inciso II do dispositivo estabelece que a duração do contrato pode extrapolar a vigência dos créditos orçamentários quando se tratar de prestação de serviços a serem executados de forma contínua. Tais contratos poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

Com efeito, o legislador infraconstitucional não conceituou, na Lei nº 8.666/93, o que são **serviços a serem executados de forma contínua**, mas, segundo a doutrina dominante, são aqueles em que a execução se renova no tempo e sua interrupção traz prejuízos à Administração Pública. Nessa linha:



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



"Em abordagem inicial, serviços contínuos, como o próprio nome revela, são aqueles prestados sem interrupção, sem solução de continuidade. Portanto, serviços que são prestados eventualmente não são qualificados como contínuos. (...)

*Em vista disso, pode-se dizer que, em regra, os serviços contínuos correspondem à necessidade permanente da Administração, a algo que ela precisa dispor sempre, ainda que não todos os dias."*¹

Marçal Justen Filho leciona:

*"A continuidade do serviço retrata, na verdade, a permanência da necessidade pública a ser satisfeita. Ou seja, o dispositivo abrange s serviços destinados a atender necessidades públicas permanentes, cujo atendimento não exaure prestação semelhante no futuro".*²

No mesmo sentido, a Instrução Normativa n. 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, dispõe:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

Parágrafo único. A contratação de serviços prestados de forma contínua deverá observar os prazos previstos no art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

Conforme definição do TCU (Licitações e Contratos: Orientações e Jurisprudência do TCU – 4ª Ed., 2010, p. 772):

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro.

O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc.

¹ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zênite, 2008. p. 857.

² FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª edição. Editora Dialética. 2012. p. 831.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



E, ainda, a jurisprudência do TCU:

Enunciado: Somente contratos cujos objetos correspondam a obrigações de fazer e a necessidades permanentes se coadunam com o conceito de natureza contínua.

(Acórdão 6528/2013 - Primeira Câmara)

Enunciado: A definição como serviço de caráter contínuo deverá ser efetivada a partir da análise de cada caso concreto e de acordo com características e necessidades da instituição contratante.

Sumário: A natureza do serviço, sob o aspecto da execução de forma continuada ou não, questão abordada no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993, não pode ser definida de forma genérica, e sim vinculada às características e necessidades do órgão ou entidade contratante.

(Acórdão 4614/2008 – Segunda Câmara)

Dessa forma, pode haver serviços classificados como contínuos para determinados órgãos e como não contínuos para outros, conforme se mostrem ou não essenciais para cada órgão considerado. Para que fique caracterizado, na justificativa para a prorrogação contratual, que um determinado serviço possui natureza contínua, faz-se necessário, portanto, detalhar a essencialidade desse serviço, considerando as características específicas do órgão, e demonstrar os prejuízos que a interrupção da prestação desse serviço traria para a Administração Pública

Nesse passo, percebe-se que o caso em questão se refere à contratação da publicação de atos administrativos e oficiais do Poder Legislativo na Imprensa Oficial do Estado do Pará, através do contrato administrativo n. 20190002 (fls. 104-109), celebrado entre a CMP e a IOEPA, com vigência original de 01 de março a 31 de dezembro de 2019 e valor total de R\$ 91.906,04 (após reequilíbrio), objetivando-se a prorrogação por 12 meses.

Para justificar a continuidade dos serviços, o Sr. Diretor Administrativo afirma sua essencialidade para a manutenção das atividades institucionais da Câmara, em atenção ao cumprimento do princípio constitucional da publicidade, às disposições da Lei n. 8.666/93 e às exigências do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará e da própria Lei de Acesso à Informação (fls. 182-185).

Ora, no caso em apreço, vislumbra-se a essencialidade da continuidade do objeto para a não interrupção dos serviços da casa, na medida em que o princípio constitucional da publicidade acarreta na obrigatoriedade legal da ampla divulgação dos atos da Administração Pública, que se dá especialmente pela publicação dos avisos dos editais e extratos de contratos, dispensa, inexigibilidade, etc, na imprensa oficial. Outrossim, vale registrar que, tratando-se de ente federativo município, que, no caso de Parauapebas, não possui diário oficial próprio, a imprensa oficial acaba por se tornar o Diário Oficial do Estado. Note-se as previsões da Lei n. 8.666/93:

"Art. 6º Para os fins desta Lei, considera-se: (...)



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



XIII - **Imprensa Oficial** - veículo oficial de divulgação da Administração Pública, sendo para a União o Diário Oficial da União, e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o que for definido nas respectivas leis;"

"Art. 21. Os avisos contendo os resumos dos editais das concorrências, das tomadas de preços, dos concursos e dos leilões, embora realizados no local da repartição interessada, deverão ser publicados com antecedência, no mínimo, por uma vez: (...)

II - no Diário Oficial do Estado, ou do Distrito Federal quando se tratar, respectivamente, de licitação feita por órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou [redacted], ou do Distrito Federal; (...)"

"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de **inexigibilidade** referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8º desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e **publicação na imprensa oficial**, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos."

"Art. 61. ...

Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei."

As disposições legais acima são reforçadas pela exigibilidade constitucional da ampla divulgação dos atos da Administração Pública, conforme emerge das lições do constitucionalista José Afonso da Silva:³

"5. Princípio da publicidade

A publicidade sempre foi tida como um princípio administrativo, porque se entende que o Poder Público, por ser público, deve agir com a maior transparência possível, a fim de que os administrados tenham, a toda hora, conhecimento do que os administradores estão fazendo. Especialmente exige-se que se publiquem atos que devam surtir efeitos externos, fora dos órgãos da Administração.

A publicidade, contudo, não é um requisito de forma do ato administrativo, 'não é elemento formativo do ato'; é requisito de eficácia e moralidade. Por isso mesmo os atos irregulares não se convalidam com a publicação, nem os regulares a dispensam para sua exeqüibilidade, quando a lei ou o regulamento a exige'.

Agora é a Constituição que a exige. Em princípio, por conseguinte, não se admitem ações sigilosas da Administração Pública, por isso mesmo é pública, maneja coisa pública, do povo (publicum > populicum > populum; público = do povo). Mas a própria Constituição admite

³ Curso de Direito Constitucional Positivo, 16ª ed., São Paulo: Malheiros, 2008, p. 669/970.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



informações 'sigilosas imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado' (art. 5º, XXXIII), o que, porém, há de ser excepcional, sob pena de infringir o princípio que é o da publicidade.

A publicidade se faz pela inserção do ato no jornal oficial ou por edital afixado no lugar de divulgação dos atos públicos, para conhecimento do público em geral e início de produção de seus efeitos. A publicação oficial é exigência da executividade do ato que tenha que produzir efeitos externos. Em alguns casos, a forma de publicidade exigida é a notificação pessoal ao interessado no ato ou a quem o ato beneficia ou prejudica." (gn)

Nessa linha, no que concerne ao nosso âmbito de atuação, reputamos presente nos autos a motivação com vistas ao enquadramento do objeto em tela no conceito de serviço contínuo elencado no inciso II do art. 57, visto que a publicação dos atos administrativos e oficiais do Poder Legislativo configura necessidade permanente do órgão, sendo que eventual interrupção impactaria sensivelmente nas suas atividades institucionais e no cumprimento das normas legais atinentes à publicidade.

III.2 – Das condições da inexigibilidade:

Por sua vez, a fim de se verificar a possibilidade da pretendida prorrogação, mister analisarmos se as condições de inexigibilidade permanecem presentes.

Isso porque o art. 37, XXI da CF, determina que as obras, serviços, compras e alienações da Administração Pública serão precedidas de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, **ressalvados os casos especificados na legislação**. Deduz-se, portanto, que a regra é a contratação pela via do procedimento licitatório. Todavia, tanto a CF quanto o Estatuto das Licitações ressalvam a possibilidade de contratação direta através dos processos de dispensa e inexigibilidade, desde que preenchidos os requisitos legais, configurando-se, portanto, exceções à regra da obrigatoriedade do certame, as quais encontram-se explicitadas nas situações enumeradas nos arts. 17 (licitação dispensada) e 24 (licitação dispensável), e na hipótese de inexigibilidade, tratada no art. 25.

Neste ponto, cumpre registrar que, no momento da celebração do contrato original, efetuou-se análise jurídica que concluiu pela contratação através de inexigibilidade de licitação ao invés da dispensa prevista no inciso VIII da Lei n. 8.666/1993 ("Art. 24. *É dispensável a licitação: [...] VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado*"), a qual adotamos integralmente neste parecer.

Nesta oportunidade, relembramos apenas que, antes de se verificar a possibilidade de se proceder à dispensa da licitação para ter efeito a contratação direta, deve-se observar se há viabilidade de haver ou não o processo licitatório. Não havendo viabilidade, há que se proceder à inexigibilidade da licitação, nos termos da Lei; havendo a possibilidade de se licitar, mas se encaixando a situação em uma das hipóteses exaustivas de dispensa de licitação, esta poderá ser dispensada. Assim ensina Marçal Justen Filho⁴:

⁴ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Editora Dialética, 8a edição, p. 278.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



"Como decorrência, a conclusão acerca da caracterização da inexigibilidade faz-se em momento logicamente anterior ao do reconhecimento da dispensa. Num primeiro momento, avalia-se se a competição é ou não viável. Se não o for, caracteriza-se a inexigibilidade. Se houver viabilidade, passa-se à verificação da existência de alguma hipótese de dispensa." (grifei)

Desta feita, tem-se que o instituto da inexigibilidade de licitação se aplica aos casos em que a competição é inviável, sendo que apenas um fornecedor ou contratado pode atender o interesse da Administração, restando impossibilitada a realização de certame licitatório, eis que o mesmo restaria frustrado. Neste sentido:

*"A obrigatoriedade de licitação pública encontra limites, porque há casos em que ela não poderia se desenvolver regularmente. Eis as hipóteses de inexigibilidade de licitação pública, ou seja, hipóteses em que não se poderia exigir que se procedesse à licitação pública, uma vez que, mesmo se a Administração Pública quisesse realizá-la, tal empreendimento estaria fadado ao insucesso por força da inviabilidade de competição."*⁵

No caso em tela, tendo em conta que a IOEPA constitui-se em prestadora exclusiva do objeto em epígrafe no estado, tem-se que a situação adequa-se ao instituto da inexigibilidade de licitação, prevista no art. 25, *caput*, da Lei n. 8.666/93:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

Isso porque, de acordo com a Lei Estadual n. 4.438/1972, à Imprensa Oficial do Estado, entidade autárquica vinculada à Secretaria de Estado de Governo, compete editar o diário oficial do Estado, publicando os atos oficiais. Veja-se:

LEI Nº 4.438, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972.

Transforma a Imprensa Oficial do Estado em entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado de Governo. [...]

Art. 4º Competirá à Imprensa Oficial:

- I – Editar o "Diário Oficial do Estado";
- II – Publicar os atos judiciais determinados em Lei;
- III – Editar em coleções ou avulsos os Decretos, Leis e Regulamentos, atos do Governo e outras publicações oficiais de interesse público;
- IV – Preparar edições ou reedições de trabalhos de caráter histórico e cultural; e
- V – Executar trabalhos gráficos em geral e desenvolver atividades afins.

⁵ NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. Curitiba: Zênite, 2008. p. 47.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



Assim, restando público e notório que a IOEPA, integrante da estrutura administrativa da Secretaria de Governo, é o órgão administrativo responsável pelas publicações oficiais de todos os atos administrativos – e demais manifestações – dos órgãos e entidades da administração do Estado do Pará e, inclusive, dos municípios que não possuem diário próprio, entende-se demonstrada a exclusividade ensejadora da inviabilidade de competição.

Nessa linha, colacionamos os seguintes julgados da Corte de Contas da União, nos quais opina pelo enquadramento dos serviços de publicação oficial (imprensa oficial) no *caput* do art. 25, conforme a seguir:

[ACÓRDÃO]

9.5. determinar à Direção-Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí que:[...]
9.5.15. **enquadre corretamente, como de inexigibilidade, nos respectivos processos as hipóteses de contratação direta de serviços de Correios, Água e Imprensa Nacional, com fundamento no art. 25, da Lei nº 8.666/93, e não de dispensa de licitação,**⁶

“Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos este Relatório de Levantamento de Auditoria na Escola Técnica Federal de Palmas - TO, a fim de verificar os procedimentos referentes às licitações e aos contratos administrativos realizados por aquele estabelecimento de ensino.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ACORDAM em:

9.1 - determinar à Escola Agrotécnica Federal de Palmas - TO, de acordo com o art. 250, II, III, do Regimento Interno do TCU que: (Vide Acórdão 237/2005 Plenário - Ata 08. Retificação do nome para Escola Técnica Federal de Palmas TO).

9.1.1 - nas contratações de abastecimento de água, de correios e telégrafos e de publicação na Imprensa Nacional, o fundamento para a inexigibilidade de licitação deve ser o art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93; [...]⁷ (grifei)

E, ainda, a ementa do seguinte parecer da Advocacia Geral da união:

PARECER/CONJUR/MTE/Nº 244/2009

Processo nº 46941.000041/2009-13

EMENTA: Análise de inexigibilidade de contrato a ser firmado com a Imprensa Nacional para prestação de serviços de publicação de matérias de caráter oficial no Diário Oficial da União. Amparo legal caput do artigo 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Termo de Compromisso. Possibilidade. Complementação. Retorno dos autos para análise jurídica conclusiva.

Desse modo, tendo-se por inexigível a contratação da IOEPA, nos termos do art. 25, *caput*, Lei 8666/93, não há óbice, portanto, à prorrogação contratual.

⁶ TCU. AC-5249-44/08-1 Sessão: 02/12/08 Grupo: II Classe: II Relator: Ministro Valmir Campelo - Tomada e Prestação de Contas

⁷ TCU. Processo nº TC-013.038/2004-8. Acórdão 1.776/2004 – Plenário.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



III.3 – Do procedimento administrativo para a celebração do termo aditivo de prorrogação:

No que tange ao procedimento, deve-se atentar, inicialmente, que, nos termos do § 2º do referido art. 57 da Lei n. 8.666/93, toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

Com efeito, a Instrução Normativa n. 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, ao tratar da prorrogação com base no inciso II do art. 57, determina os seguintes requisitos mínimos, em seu anexo IX:

3. Nas contratações de serviços continuados, o contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, podendo ser prorrogados, a cada 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que a instrução processual contemple:
 - a) estar formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
 - b) relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
 - c) justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
 - d) comprovação de que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;
 - e) manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação; e
 - f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
4. A comprovação de que trata a alínea "d" do item 3 acima deve ser precedida de análise entre os preços contratados e aqueles praticados no mercado de modo a concluir que a continuidade da contratação é mais vantajosa que a realização de uma nova licitação, sem prejuízo de eventual negociação com a contratada para adequação dos valores àqueles encontrados na pesquisa de mercado.
5. A prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente do setor de licitações, devendo ser promovida mediante celebração de termo aditivo, o qual deverá ser submetido à aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

Por sua vez, o art. 26 da Lei 8.666/93 assim prevê:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, **as situações de inexigibilidade referidas no art. 25**, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8 desta Lei **deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos.**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



Parágrafo único. O processo de dispensa, de **inexigibilidade** ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - [...] II - **razão da escolha do fornecedor ou executante;**

III - **justificativa do preço.** IV - [...]

Pois bem. De fato, tem-se que a prorrogação resta devidamente justificada (Memo. 347/2019-DAV/CMP), por configurar serviço contínuo essencial; bem como, resta demonstrada a razão da escolha do contratado, haja vista tratar-se de serviço prestado em caráter exclusivo. Há, ainda, autorização do Presidente desta Casa para a prorrogação (fls. 186-187); consulta da CMP à IOEPA (fls. 192-193) quanto ao interesse em firmar a prorrogação por mais 12 meses nas mesmas condições, com anuência expressa da mesma (fl. 194-195); e manifestação do fiscal do contrato atestando a satisfatoriedade dos serviços prestados (fl. 191).

Em relação à manutenção das condições de habilitação, constam as seguintes certidões: certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, válida até 25/11/19 (fl. 199); certidão estadual negativa de natureza tributária e não tributária, ambas válidas até 01/02/2020 (fls. 200-201); certidão de regularidade fiscal junto ao Município de Belém-PA, válida por 180 dias a contar de 09/09/19 (fl. 202); certificado de regularidade do FGTS, válido até 19/11/19 (fl. 203); e certidão negativa de débitos trabalhistas, válida até 31/01/20 (fl. 204). Assim, **deve-se juntar aos autos novas certidões válidas atinentes aos tributos federais e dívida ativa da União e ao FGTS, as quais já se encontram vencidas.**

O reflexo financeiro ocasionado pela prorrogação requer, ainda, a comprovação de disponibilidade orçamentária para custear o dispêndio no qual se incorrerá. Nesse intuito, acostou-se, à fl. 206, indicação de dotação orçamentária no valor de R\$ 91.906,04 com base no *projeto* da Lei Orçamentária Anual de 2020, o qual ainda se encontra em trâmite legislativo nesta Casa de Leis. Neste ponto, vale ressaltar que o **termo aditivo em questão somente poderá ser firmado após aprovação e sanção da LOA, o que garantirá a dotação apontada, sendo certo que consideraremos a indicação efetuada nos autos apenas para fins de se agilizar o procedimento em tela. Deve-se anexar, também, declaração de adequação orçamentária e financeira.**

Por sua vez, no que respeita ao *quantitativo* a ser contratado para 2020, observa-se que a Diretoria Administrativa aduz, à fl. 185, que será o mesmo do exercício de 2019 (1.225,4138 cm), cujo valor contratual foi reequilibrado para R\$ 91.906,04 (fls. 172-174), visto que a *Administração entende* que este valor se torna suficiente para o próximo exercício. Neste ponto, cumpre-nos registrar que o pacto de 2019 foi firmado em março, vigendo, portanto, por apenas 10 meses, ao passo que se pretende aqui a prorrogação por mais 12 meses, diante do que cabe questionar se o quantitativo de fato será suficiente para atender as necessidades da Casa. Ademais, não se sabe, por falta de informações nos autos, quanto do contratado em 2019 foi, de fato, executado – já que se trata de contrato estimativo, com pagamentos proporcionais somente ao que foi efetivamente realizado –, o que se reputa essencial a fim de se determinar de forma mais assertiva o quantitativo para o próximo exercício. Dito isto, e sem olvidar do caráter formal do processo administrativo – que requer atos expressos e fundamentados em dados concretos –, **temos que deve constar nos autos a**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



demonstração do cálculo efetuado para que fosse determinado que o mesmo quantitativo usado em 10 meses será apto a suprir a demanda de 12 meses.

Além disso, cabe consignar que o contrato original está vigente até 31/12/2019 e permite a prorrogação com base no art. 57, II, em sua cláusula quinta (da vigência).

No que pertine ao prazo de prorrogação, conforme texto da lei "*por iguais e sucessivos períodos*", o entendimento hoje dominante é no sentido da não obrigatoriedade da adoção de período idêntico ao do contrato inicial. Note-se:

O inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 prescreve que os contratos de prestação de serviços contínuos podem ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos. (...) O período a que se refere o legislador não diz respeito ao prazo inicial de duração do contrato. (...) Daí que, conquanto o prazo inicial do contrato seja de seis meses, no dia 31 de dezembro ele pode ser prorrogado para o exercício seguinte inteiro.⁸

"É obrigatório respeitar o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a "iguais". Seria um contra-senso impor a obrigatoriedade de renovação por período idêntico. Se é possível prorrogar até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência."⁹

Não obstante a Lei nº 8.666/93 mencionar prorrogações por iguais e sucessivos períodos (art. 57, inciso II), a administração não é obrigada a prorrogar a vigência do contrato pelo mesmo prazo originalmente fixado ou, ainda, pelo mesmo prazo da prorrogação anterior. A literalidade do dispositivo deve ceder ao interesse público que se apresentar a cada contrato, permitindo-se à administração avaliar, em prazo mais alargado ou mais reduzido, de acordo com a natureza do objeto e a forma como o contratado o executa, a qualidade e as condições econômicas da contratação.¹⁰

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 38, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2011 - AGU

Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada deve-se observar que: a) O prazo de vigência originário, de regra, é de até 12 meses; b) Excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a administração; e c) **É juridicamente possível a prorrogação do contrato por prazo diverso do contratado originariamente.**

TCU. Acórdãos 838/2004 e 1191/2005 – Plenário.

⁸ NIEBUHR, Joel de Menezes. Op. cit. p. 858.

⁹ FILHO, Marçal Justen. Op. cit. p. 837.

¹⁰ PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres. Mil e uma perguntas e respostas sobre licitação e contrato administrativo na ordem jurídica brasileira. Marinês Restelatto Dotti. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 573.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
PROCURADORIA GERAL LEGISLATIVA
PROCURADORIA ESPECIALIZADA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL
PARECER JURÍDICO INTERNO N. 32/2019



Enunciado: Na prorrogação de contrato de serviços de natureza continuada, não fica a instituição pública obrigada a respeitar o mesmo prazo da contratação original.

Dito isto, ainda que o contrato original tenha sido firmado por 10 meses, não se vislumbra óbice para a prorrogação por mais 12 meses almejada.

Outrossim, no que respeita à compatibilidade do preço contratado com o de mercado, temos que o caso em tela versa sobre valores oficiais fixados de modo geral para os usuários, visto tratar-se de prestador exclusivo (inexigibilidade), nos termos da Portaria n. 060, de 01/04/2019, da Imprensa Oficial do Estado, publicada no Diário Oficial do Estado em 02/04/2019, anexada à fl. 189, diante do que resta claro que o preço contratado se encontra compatível ao praticado pela IOEPA no mercado, sendo dispensável, portanto, pesquisa de mercado no caso.

III.4 – Da minuta contratual:

Finalmente, em relação à minuta apresentada às fls. 212-213, **deve-se alterar a redação da cláusula primeira** haja vista que o objeto do aditivo é prorrogar por mais 12 meses a vigência contratual (até 31/12/2020), nos termos do art. 57, II da Lei n. 8.666/93 – e não alterar o valor contratado, conforme consta –, renovando-se o pacto no valor de R\$ 91.906,04¹¹. De qualquer modo, não se sabe como se chegou ao valor de R\$ 171.850,44 mencionado. Vale ressaltar que não se trata de acréscimo de valor ao contrato inicial, mas de verdadeira renovação contratual.

Por sua vez, **deve-se alterar o campo atinente à assinatura da contratada**, visto que consta o nome da empresa Planeta Serviços e não da IOEPA.

IV – Conclusão:

Ante o exposto, considerando apenas os aspectos legais e ressalvados os critérios técnicos, econômicos e discricionários, esta Procuradoria conclui pela possibilidade de prorrogação por mais 12 meses do contrato n. 20190002 (inexigibilidade n. 6/2019-00002CMP), firmado com a Imprensa Oficial do Estado do Pará, para a publicação dos atos administrativos e oficiais deste Poder Legislativo, desde que sejam integralmente satisfeitas todas as adequações e exigências delineadas nos itens III.3 e III.4 deste parecer.

É o parecer que se submete à apreciação superior, s.m.j.

Parauapebas/PA, 04 de dezembro de 2019.

Taissa Biolcati
Taissa Biolcati
Procuradora Legislativa
Mat.: 0352012

Dr. Celso Valério N. Pereira
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
Dr. Celso Valério N. Pereira
Procurador Geral Legislativo
Port. 072/2019

[Handwritten signature]

¹¹ Vide comentários acima quanto ao quantitativo/valor a ser contratado em 2020, sendo que eventual alteração deverá ser consignada no termo.



**DESPACHO SANEADOR
PARECER JURÍDICO Nº 213/2019**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: nº 20190002.
ORIGEM: Inexigibilidade nº 6/2019-00002CMP.

OBJETO: Contratação dos serviços de publicação dos atos administrativos e oficiais do Poder Legislativo na Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará.

III.3 – Do Procedimento Administrativo para Celebração do Termo Aditivo de Prorrogação:

Consta em anexo saneador da Diretoria Administrativa quanto as recomendações apontadas pelo Parecer Jurídico 213/2019.

III.4 – Da Minuta Contratual:


Alterou-se a redação da cláusula primeira desta minuta contratual, de forma a contemplar o valor exato da contratação pleiteada, que corresponde ao montante de R\$ 91.906,04 (noventa e um mil novecentos e seis reais e quatro centavos).


Por sua vez, retificou-se o campo de assinatura referente ao nome da contratada.


IV – Conclusão :

Todas as recomendações exaradas pela Procuradoria Geral Legislativa ou foram atendidas ou justificadas pela Administração.

Nesses termos, é o despacho saneador.

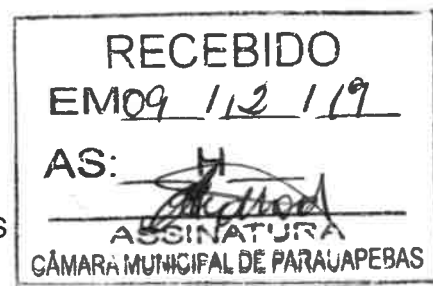

Ana Cláudia Oliveira de Andrade
Comissão Permanente de Licitação
Membro


Klebio Victoriano Costa
Comissão Permanente de Licitação
Membro


Rosilene Conceição de Carvalho
Comissão Permanente de Licitação
Presidente
Portaria 433/2019

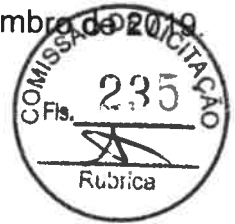


PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
DIRETORIA ADMINISTRATIVA



Parauapebas/PA, 09 de dezembro de 2019.

Memorando: 375/2019
De: Diretoria Administrativa
Para: Comissão Permanente de Licitação



Em resposta ao memorando 121/2019, encaminho em anexo saneamento ao Parecer Jurídico 213/2019 sobre o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato 20190002 que trata da contratação dos serviços de publicação dos atos administrativos e oficiais do Poder Legislativo na Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPA, a fim de atender as necessidades da Câmara Municipal de Parauapebas, Estado do Pará.

III.3 – Do Procedimento Administrativo para celebração do Termo Aditivo de Prorrogação:

a) Deve-se juntar aos autos novas certidões válidas:

Consta em anexos certidões atualizadas referentes aos tributos federais e dívida ativa da União e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

b) Necessidade de prova da existência de recursos para realizar o aditivo, mediante Lei Orçamentária de 2020 aprovada e sancionada:

Será providenciada a comprovação de disponibilidade dos recursos financeiros para realização do aditivo do contrato 20190002 após a aprovação da Lei Orçamentária de 2020, uma vez que esse dispositivo legal se encontra em apreciação pelo Poder Legislativo Municipal.

c) Juntar aos autos a declaração de adequação orçamentária e financeira para o exercício de 2020:

Será acostada aos autos do processo administrativo em questão a declaração de adequação orçamentária e financeira para o exercício de 2020 após aprovação da Lei Orçamentária de 2020, uma vez que esse dispositivo legal se encontra em apreciação pelo Poder Legislativo Municipal.

d) Necessidade de constar a demonstração do cálculo efetuado para que fosse determinado que o mesmo quantitativo usado em 10 meses de 2019 será apto a suprir a demanda de 12 meses em 2020:

Ressalta-se que o valor da contratação firmada no contrato 20190002 fora de R\$ 91.906,04 (noventa e um mil novecentos e seis reais e quatro centavos), com reequilíbrio econômico-financeiro, para ser usado por 10 (dez) meses em 2019, ou seja, de 01 de março de 2019 a 31 de dezembro de 2019, com previsão de publicação de 1.229,9193 centímetros de publicação.

Todavia, do montante deste contrato que expira em dezembro deste ano, somente fora executado R\$11.220,00 (onze mil duzentos e vinte reais), valor reduzido frente ao total desta contratação. Isso se deve em razão de algumas dificuldades internas enfrentadas, o que impossibilitou que Administração realizasse todos os processos licitatórios planejados para o ano de 2019 e utilizasse o saldo contratual de acordo com a quantidade de publicações estimadas.


Deste modo, em 2020 além das publicações de praxe das ações do poder público, os serviços contratados serão indispensáveis para realizamos as publicações dos extratos dos aditivos que estão em trâmite, dos extratos de todos os contratos derivados das Atas de Registro de Preços que serão efetuados no próximo ano, bem como será necessário realizar a publicização de todos os atos relacionados às licitações que estão previstas para 2020, tanto dos procedimentos licitatórios que devem ser refeitos ou renovados, quanto das licitações que ainda estão em curso e os dos processos que a Administração deve realizar.

Diante disso, consideramos que o valor da avença pleiteada torna-se suficiente para publicação dos atos oficiais e administrativos da Câmara Municipal de Parauapebas para o ano de 2020.

Estando devidamente cientificado e saneado o processo administrativo em questão, ratifico sua continuação.

Cordialmente,

Parauapebas/PA, 09 de dezembro de 2019.


Robervaldo Vieira de Freitas
Diretor Administrativo
Portaria nº 145/2019



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
CNPJ: 04.835.476/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 09:15:26 do dia 23/08/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/02/2020.

Código de controle da certidão: **7FDF.8F6E.6C3E.D999**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

09/12/2019 10:49



Voltar

Imprimir

**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 04.835.476/0001-01
Razão Social: IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO - IOE
Endereço: TRAV DO CHACO 2271 / MARCO / BELEM / PA / 66090-120

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 28/11/2019 a 27/12/2019

Certificação Número: 2019112801594768039739

Informação obtida em 09/12/2019 10:42:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

09/12/2019 10:42